



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

Nº. 007/2012

Dr. Mauro Antonio Pires Dias da Silva, Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo, doravante denominado Coren/SP, usando a competência delegada na Lei Federal nº 5.905/73, torna público que se acha aberta Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO PE**, Regime de **execução direta**, do tipo **menor preço unitário por item**, através do **Sistema de Registro de Preços**, que será regida pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 3.931 de 19 de setembro de 2001 e Decreto Federal nº. 3.450 de 31 de maio de 2005, da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e demais Decretos e normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

DATA DA REALIZAÇÃO: 29/10/2012
HORÁRIO: 10:00h (horário de Brasília/DF)
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br
CÓDIGO UASG: 389343

- I. DO OBJETO
- II. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- III. DA PARTICIPAÇÃO DA LICITAÇÃO
- IV. DA PROPOSTA
- V. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
- VI. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS
- VII. DA FORMULAÇÃO DE LANCES
- VIII. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
- IX. DA NEGOCIAÇÃO
- X. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA
- XI. DA HABILITAÇÃO
- XII. DO RECURSO
- XIII. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
- XIV. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- XV. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO
- XVI. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL
- XVII. DO PAGAMENTO
- XVIII. DAS SANÇÕES
- XIX. DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR DA ATA (COREN/SP)
- XX. DAS OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA
- XXI. DOS PRAZOS, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO
- XXII. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
- XXIII. DISPOSIÇÕES FINAIS
- XXIV. DOS ANEXOS





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

I. DO OBJETO

1.1. Aquisição de dispositivos ergonômicos, conforme descrito **no Termo de Referência – Anexo I.**

1.1.1. Em caso de discordância entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

1.1.2. Este Pregão destina-se ao registro de preços, obedecendo ao disposto no Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, e neste edital.

II. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$ 42.394,17 (quarenta e dois mil, trezentos e noventa e quatro reais e dezessete centavos) e correrá por conta do Código de Despesas nº. 3.1.20.22.

III. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasnet.gov.br.

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.1.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Coren SP responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2. Não poderão participar deste Pregão:

3.2.1. empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Coren/SP, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.2. empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.2.3. empresa impedida de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.4. sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

3.2.5. empresa cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Pregão;





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 3.2.6. empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;
- 3.2.7. sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 3.2.8. consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

IV. DA PROPOSTA

- 4.1 O licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
 - 4.1.1 O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor ofertado para cada item, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
 - 4.1.2 O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
 - 4.1.3 O licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
 - 4.1.4 O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.
 - 4.1.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.
- 4.2. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
 - 4.2.1 Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.
 - 4.2.2 Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
- 4.3 As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- 4.3. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberados dos compromissos assumidos.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

V. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 5.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasnet.gov.br.
- 5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 5.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

VI. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1. O Pregoeiro analisará as propostas apresentadas e desclassificará, **motivadamente**, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 6.2. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

VII. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances para o preço total do item, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 7.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.
- 7.3. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 7.4. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.
- 7.5. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.
- 7.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 7.7. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível.
- 7.8. Se ocorrer desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.9. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasnet.gov.br.
- 7.10. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro.
- 7.11. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta (30) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

VIII. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 8.1.** Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até cinco por cento (5%) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.1.1.** A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo máximo de cinco (5) minutos contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar um último lance, com desconto necessariamente superior àquele apresentado pela primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão.
- 8.1.2.** Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 8.1.3.** No caso de equivalência dos descontos apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem na hipótese descrita nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento do lance final do desempate.
- 8.2.** O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 8.3.** Não ocorrendo a adjudicação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da licitante detentora da proposta originalmente melhor classificada se, após a negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado e a licitante for considerada habilitada.

IX. DA NEGOCIAÇÃO

- 9.1.** Encerrada a etapa de lances, concedido o benefício às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, de que trata o art. 44 da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, o Pregoeiro poderá encaminhar contraposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.
- 9.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

X. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 10.1.** Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.
- 10.2.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.
- 10.3.** Será rejeitada a proposta que apresentar valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 10.4. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do COREN-SP ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 10.5. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o Pregoeiro solicitará da licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.
- 10.6. Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

XI. DA HABILITAÇÃO

- 11.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do Sicaf (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada neste Edital.
- 11.2. As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no Sicaf deverão apresentar documentos que supram tais exigências.
- 11.3. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos licitantes.
- 11.5. Os documentos que não estejam contemplados no Sicaf deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços indicada na condição 26, em arquivo único, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet, em prazo idêntico ao estipulado na mencionada condição.
 - 11.5.1. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.
 - 11.5.1.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados a CPL – Comissão Permanente de Licitações do Coren/SP, situado na Alameda Ribeirão Preto, 82 - 5º andar, Bela Vista, CEP 01331-000, São Paulo/SP.
 - 11.5.2. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.
 - 11.5.3. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.
 - 11.5.4. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.
 - 11.5.5. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
 - 11.5.6. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
 - 11.5.7. A não-regularização da documentação, no prazo previsto na subcondição anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
- 11.6. Se a proposta não for aceitável, se a amostra for rejeitada, ou, ainda, se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.
- 11.7. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

XII. DO RECURSO

- 12.1. Declarada a(s) vencedor(as), o Pregoeiro abrirá prazo de trinta (30) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.
- 12.2. O Pregoeiro fará juízo de admissibilidade da intenção de recurso manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.
- 12.3. A recorrente que tiver sua intenção de interpor recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de três (3) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.4. Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993, ficam os autos franqueados aos interessados.
- 12.5. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante vencedora.
- 12.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

XIII. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. O objeto deste Pregão será adjudicado às licitantes vencedoras após decididos os recursos, quando houver, sujeito o certame à homologação pela Autoridade Competente deste Conselho Federal de Enfermagem.

XIV. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 14.1. Dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da homologação do resultado deste Pregão, a Administração do Coren/SP, Órgão Gerenciador, convocará o primeiro licitante classificado e, se for o caso, os demais classificados que aceitarem forencer pelo preço do primeiro, obedecida à ordem de classificação e aos quantitativos propostos, para assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 14.2. O Coren/SP convocará formalmente o(s) licitante(s) vencedor(es), informando local, data e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.
 - 14.2.1. O prazo para que o licitante vencedor compareça, após ser convocado poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Coren/SP.
 - 14.2.2. Serão lavradas tantas atas quantos forem os licitantes vencedores dos itens objeto da licitação.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 14.3. No caso de o(s) licitante(s) vencedor(es), após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro poderá, mantida a ordem de classificação, negociar com o licitante seguinte antes de efetuar o registro.
- 14.4. Publicada na Imprensa Oficial, a Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento, conforme disposto no artigo 10 do Decreto nº 3.931/2001.
- 14.5. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações / aquisições que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao fornecedor beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 14.6. **A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente deste Pregão será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo excluir o primeiro e incluir o último.**
- 14.7. O Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – Coren/SP, com sede localizada na Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, CEP 01331-000, São Paulo – SP, é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.
- 14.8. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Coren/SP – Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/1993 e no Decreto nº 3.931/2001.
- 14.9. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, sem prejuízo dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas
- 14.10. Caso haja anuência do fornecedor beneficiário, cada órgão usuário poderá adquirir até 100% (cem por cento) dos quantitativos máximos registrados na Ata de Registro de Preços, por órgão.
- 14.11. Na hipótese prevista na condição anterior, a contratação / aquisição se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em Ata.
- 14.12. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 14.13. Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 14.14. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o fornecedor beneficiário registrado será convocado pelo Coren/SP para negociação do valor registrado em Ata.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

XV. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

15.1 O fornecedor beneficiário terá seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de Processo Administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

15.1.1 A pedido quando:

15.1.1.1 Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigência da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

15.1.1.2 O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercados, dos insumos que compões o custo das aquisições/contratatações, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento.

15.1.2 Por iniciativa do Coren/SP, quando:

15.1.2.1 O fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar superior àqueles praticados no mercado;

15.1.2.2 Perder qualquer condição de habilitação técnica exigida no processo licitatório;

15.1.2.3. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

15.1.2.4 O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

15.1.2.5 Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

15.1.2.6 Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

15.1.3 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o Coren/SP fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará o fornecedor beneficiário e aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

15.2 A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

15.2.1 Por decurso do prazo de vigência;

15.2.2 quando não restarem fornecedores registrados.

XVI. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

16.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, lavrada e publicada a Ata de Registro de Preços, sempre que ocorrer contratação/aquisição, o licitante vencedor será convocado para retirar a nota de empenho, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.1.1. Os encargos das partes bem como as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual e sanções contratuais constam do termo de referência em anexo a este Edital.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 16.1.2.** O Edital de Licitação e a Nota de Empenho suprirão, para todos os efeitos legais, a caracterização da contratação/aquisição, nos termos da Seção II, do Capítulo II – dos Contratos da LF nº 8.666/93.
- 16.2.** O prazo para retirada da nota de empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo COREN São Paulo.
- 16.3.** Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á por meio do Sicaf e de outros meios se o licitante vencedor mantém as condições de habilitação.
- 16.4.** Quando o licitante convocado não retirar a nota de empenho no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocado outro licitante para retirar a nota de empenho, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

XVII. DO PAGAMENTO

- 17.1.** Após a retirada da Nota de Empenho, o beneficiário da Ata terá 5 (cinco) dias úteis para entregar o pedido de fornecimento. Uma vez recebidos os produtos / serviços, o gestor da Ata de Registro de Preços terá até 5 (cinco) dias úteis para verificar a perfeita compatibilidade do objeto licitado com o que de fato foi entregue, estando tudo de acordo, será dado o Recebimento Definitivo.
- 17.2** Deverá ser apresentada, na GEFIN - Gerência Financeira do Coren/SP, a Nota Fiscal/Fatura emitida em duas (2) vias, devendo conter em seu corpo, a descrição do objeto, o número da nota de empenho e o número da conta bancária da Beneficiária, para depósito do pagamento, o qual deverá ser efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo Gestor do Contrato.
- 17.2.** Nenhum pagamento será efetuado à Beneficiária se a Nota Fiscal/Fatura entregue à GEFIN - Gerência Financeira do Coren/SP não for acompanhada da atestação de conformidade da entrega do produto e da comprovação de regularidade junto ao Sistema da Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da beneficiária, além da regularidade trabalhista, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.
- 17.2.1.** Na hipótese da Nota Fiscal/Fatura apresentar erros ou dúvidas quanto à sua exatidão ou quanto à documentação que deve acompanhá-la, o Gerenciador da Ata poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, de acordo com o relatório emitido pela GEFIN - Gerência Financeira, ressalvado o direito da Beneficiária de reapresentar para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, caso em que o Gerenciador da Ata terá o prazo de cinco (5) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar análise e pagamento.
- 17.3.** O Gerenciador da Ata poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Beneficiária.
- 17.4.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Beneficiária não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Cofen serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i/365$$

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,00016438$$

XVIII. DAS SANÇÕES

18.1. As beneficiárias convocadas ao fornecimento que não cumprirem as obrigações do Registro de Preços estarão sujeitas às penalidades abaixo estipuladas, que só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a) comprovação, pela Beneficiária, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual;
- b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis ao Coren/SP;
- c) haverá análise de justificativas, pela Gerenciador da Ata, em outros casos fortuitos.

18.2. No caso de atraso injustificado, assim consideradas a inexecução parcial ou a inexecução total da obrigação, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, a beneficiária ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

18.2.1 Advertência sobre atrasos, falhas, omissões, incorreções e o que mais venha a interferir na correta execução do contrato.

18.2.2 Multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor não adimplido (aplicação do divisor doze sobre o valor total adjudicado), limitada a 20 (trinta) dias após o prazo estabelecido para entrega do objeto; após o que será considerado, o atraso, como inexecução contratual;

18.2.3 Multa de 6% (seis por cento), entre os 21º e 30º dias de atraso, como inexecução parcial do Contrato, calculada sobre o valor de saldo da contratação / aquisição (saldo do contrato é a diferença entre o valor total da contratação e o valor efetivamente adquirido e recebido pela Administração), por evento, cumulada com a pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

18.2.4 Multa de 12% (doze por cento), a partir do 31º dia, a qual será entendida como inexecução total do Contrato/aquisição, calculada sobre o valor total do contrato, com a possibilidade de cumulação com a pena de declaração de inidoneidade e suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a devida reabilitação;

18.2.4.1 Para interpretação da penalidade de Inexecução Total, teremos como único critério o tempo de atraso, por evento, independentemente de haver parcela anterior entregue e recebida.

18.2.5 Estas penalidades não impedem a aplicação, isolada ou cumulada, do disposto no art. 7º da Lei Federal 10.520/2002;

18.2.6 As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do Contrato, exceto a prevista no item 17.2.3;

18.3 As penalidades serão aplicadas após procedimento que garanta o contraditório e a ampla defesa;

18.3.1 Constatada a irregularidade na execução contratual, o gestor do contrato notificará a empresa para que apresente defesa fundamentada no disposto no item 17.1 supra, sob pena de aplicação das penalidades.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 18.3.2** A não apresentação de difusa no prazo legal (5 dias) implicará na aplicação de penalidade, nos termos do § 2º do art. 87 da lei 8666/93.
- 18.3.3** Apresentada a defesa no prazo legal, o gestor do contrato apreciará o seu teor, proferindo parecer técnico comunicando a aplicação da penalidade ou acatamento da manifestação, mediante ciência do beneficiário por correio com aviso de recebimento.
- 18.4** As multas cominadas antes do pagamento devido à Beneficiária serão compensadas;
- 18.5** As multas cominadas após o pagamento serão pagas em 5 (cinco) dias após a notificação, através de boleto bancário a ser enviado à Beneficiária, sob pena de inscrição em dívida ativa.
- 18.6** Com fundamento no art. 7º da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, e no art. 28 do Decreto nº. 5.450, de 31/05/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até cinco (5) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, nos moldes do item 17.2.4 supra, a licitante e a adjudicatária que:
- a) não retirar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - b) deixar de entregar documentação exigida neste Edital;
 - c) apresentar documentação falsa;
 - d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
 - e) não manter a proposta;
 - f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo;
 - h) fizer declaração falsa;
 - i) cometer fraude fiscal.
- 18.7.** As sanções de multa poderão ser aplicadas à beneficiária juntamente com as de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com o Coren/SP, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- 18.8.** O prazo para pagamento das multas será de cinco (5) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério do Coren/SP e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber em razão do fornecimento. Não havendo pagamento, o valor será inscrito em dívida ativa e cobrado judicialmente.
- 18.9.** Das decisões de aplicação de penalidade caberá recurso nos termos do §2º do Art. 109 da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, observados os prazos ali fixados.
- 18.9.1** Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, sua petição de interposição original não tiver sido protocolizada.

XIX. DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR DA ATA (COREN/SP)

- 19.1.** Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, o Beneficiário obrigará-se a:
- a) Permitir o acesso dos empregados da licitante vencedora às dependências do Coren/SP para a entrega, instalação e manutenção dos produtos adquiridos;
 - b) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da licitante vencedora;
 - c) Solicitar a troca dos produtos que não atenderem às especificações do objeto constantes do Termo de Referência – Anexo I.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

XX. DAS OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA

20.1. Caberá ao beneficiário da Ata, a partir da retirada da Nota de Empenho, o cumprimento das seguintes obrigações:

- a) responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da contratação e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
- b) respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do Coren/SP;
- c) responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Coren/SP, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pelo Coren/SP;
- d) comunicar ao Coren/SP qualquer anormalidade que constatar e prestar os esclarecimentos que forem solicitados;
- e) manter, durante o período de contratação, as condições de habilitação exigidas neste Pregão;
- f) informar ao Gerenciador da Ata, no ato da retirada da nota de empenho, e sempre que houver alteração, o nome, o endereço e telefone do responsável a quem devem ser dirigidos os pedidos, comunicações e reclamações.
- e) ao encaminhar a Nota Fiscal/Fatura, será exclusiva obrigação da beneficiária juntar os documentos relativos às regularidades fiscal e trabalhista, entre outros porventura necessários. O não cumprimento desta condição poderá implicar no decaimento do direito dos prazos de pagamento, conforme disposto no Edital de Licitação.

20.2. Caberá à beneficiária assumir a responsabilidade por:

- a) todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Coren/SP;
- b) todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato, ainda que acontecido nas dependências do Coren/SP;
- c) todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- d) encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.

20.3. São expressamente vedadas à beneficiária:

- a) a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Coren/SP para a execução do contrato decorrente deste Pregão;
- b) a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do Coren/SP;





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- c) a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Pregão.
- 20.4. A inadimplência da beneficiária com referência aos encargos sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Coren/SP, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a beneficiária renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Coren/SP.

XXI. DOS PRAZOS, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

- 21.1. As licitantes vencedoras deverão entregar os produtos, em dias de expediente, entre 08:00h e 16:00h, na Sede COREN /SP – Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista – São Paulo/SP – CEP 1331-000, no prazo de até **20 (vinte) dias corridos** contados da retirada das notas de empenho.
- 21.2. Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, o objeto desta licitação será recebido:
- a) provisoriamente, no ato da entrega do produto, para posterior verificação da conformidade do material com as especificações do objeto licitado;
 - b) definitivamente, em até dez (10) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material, apresentado o documento de que trata o art. 3º, inc. III do Decreto nº. 7.174 de 12/05/2010, com a consequente aceitação.
- 21.2.1. O recebimento provisório será feito por um representante da Unidade de Patrimônio e Almoxarifado - UPA, o definitivo, por pessoa responsável do Departamento ou da Divisão solicitante do material, após a verificação da quantidade e da qualidade do produto entregue.
- 21.3. A licitante vencedora deve efetuar a troca do produto que não atender às especificações do objeto licitado no prazo de **cinco (05) dias** contados do recebimento da solicitação.
- 21.4. Os representantes do Coren/SP responsáveis pelo recebimento do objeto desta licitação anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com sua entrega, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 21.5. A licitante vencedora deve entregar o material devidamente embalado, de forma a não ser danificado durante às operações de transporte, carga e descarga.

XXII. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 22.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico pregaoeletronico@coren-sp.gov.br.
- 22.2. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 22.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 22.4. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico pregaoeletronico@coren-sp.gov.br.
- 22.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

XXIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1.** Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o foro da Seção Judiciária de São Paulo;
- 23.2.** É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública;
- 23.3.** Fica assegurado ao Coren/SP o direito de, segundo seu interesse, revogar, a qualquer tempo e motivadamente, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente;
- 23.4.** No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
- 23.4.1.** Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.
- 23.4.** As licitantes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Coren/SP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;
- 23.5.** O resultado do presente certame será divulgado no DOU, no endereço eletrônico www.coren-sp.gov.br e no endereço eletrônico www.comprasnet.com.br ;
- 23.6.** Para contagem de prazos neste Edital exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, considerando-se prorrogado até o 1º dia útil subsequente se o vencimento cair em dia sem expediente no Coren/SP;
- 23.7.** Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte.
- 23.8.** Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.
- 23.9.** Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do , sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei nº 10.520/2002.

XXIV – DOS ANEXOS

- 24.1.** Integra o presente Edital:
- a) Anexo I – Termo de Referência;

São Paulo, 11 de outubro de 2012.

Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – Coren/SP

Dr. Mauro Antonio Pires Dias da Silva





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO FINAL PRETENDIDO PELA ADMINISTRAÇÃO	
DENOMINAÇÃO: Aquisição dispositivos ergonômicos	
DESCRIÇÃO: Aquisição, através do Sistema de Registro de Preços, de dispositivos ergonômicos para os colaboradores do COREN/SP	
ESPECIFICAÇÕES: ITEM 1 - APOIO PARA OS PÉS Apoio para os pés, dimensões aproximadas entre 45 cm x 50 cm, piso da plataforma de material antiderrapante, altura regulável, inclinação ajustável, com apoio no piso antidesslizante de acordo com NR 17 – Item 17.3.4 ITEM 2 - BASE PARA MOUSE Base para mouse com apoio de punho em gel, material espuma de poliuretano injetado e gelatina de silicone (ou assemelhados), acabamento superficial em tecido sintético, cor preta base de borracha e antiderrapante, dimensões mínimas: 180 x 250 mm. ITEM 3 - APOIO PARA PUNHOS Apoio para punhos em gel para digitação, material espuma de poliuretano injetado e gelatina de silicone (ou assemelhados), acabamento superficial em tecido sintético, cor preta, base de borracha antiderrapante, dimensões mínimas 450 x 60 x 14 mm. ITEM 4 - SUPORTE PARA MONITOR Suporte para monitor LCD em madeira MDF, PET ou qualquer outro material; modular, empilhável, dimensões mínimas 250 x 250 x 45mm	
OBJETIVO / JUSTIFICATIVA / NECESSIDADE / DESTINAÇÃO Considerando a necessidade de se atender os dispositivos na Norma Regulamentadora 17 – Ergonomia, para adequar os postos de trabalho da Gerência de Tecnologia de Informação, para os colaboradores que fazem uso prolongado e sistemático de microcomputadores em condições desfavoráveis (postura, altura do monitor e descanso de pés).	
QUANTIDADE A SER REGISTRADA: Item 1 – 250 peças (previsão de aquisição inicial de 60 peças) Item 2 – 250 peças (previsão de aquisição inicial de 60 peças) Item 3 – 250 peças (previsão de aquisição inicial de 60 peças) Item 4 – 250 peças (previsão de aquisição inicial de 90 peças)	TEMPO DE EXECUÇÃO: 05 dias úteis (entrega), contados da retirada da Nota de Empenho
HISTÓRICO DE CONSUMO MENSAL E ESTOQUE ATUAL Consumo se dá por demanda interna, não havendo estoque ou histórico apreciável.	





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

PREÇO TOTAL ESTIMADO E AVALIAÇÃO DO CUSTO E ACEITABILIDADE: R\$ 42.394,17 (quarenta e dois mil, trezentos e noventa e quatro reais e dezessete centavos), decompostos em estimativas por item: Item 1 – 250 peças – R\$ 15.374,50 (quinze mil, trezentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos); Item 2 – 250 peças – R\$ 4.828,00 (quatro mil, oitocentos e vinte e oito reais); Item 3 – 250 peças – R\$ 4.587,50 (quatro mil, quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos); Item 4 – 250 peças – R\$ 17.604,17 (dezessete mil, seiscentos e quatro reais e dezessete centavos).	
METODOLOGIA UTILIZADA PARA AVALIAÇÃO DO CUSTO MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Código de Despesas nº. 3.1.20.22 – Materiais de Informática	
ELEMENTOS / DOCUMENTOS / CERTIFICADOS Regularidade fiscal e trabalhista (Sicaf)	
AMOSTRA DO PRODUTO / SERVIÇO E REQUISITOS DE VERIFICAÇÃO Não será solicitada amostra do produto, porém, produtos que não atendam às necessidades da Administração poderão ser rejeitados.	
DA ENTREGA DO PRODUTO / SERVIÇO / OBRA	
FORMA DE FORNECIMENTO/ EXECUÇÃO: Entrega Imediata	
PRAZO: 20 (vinte) dias corridos	LOCAL DE ENTREGA: Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista – São Paulo – SP
CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA ENTREGA: Em dias de expediente (segunda a sexta-feira), entre 08:00h e 16:00h	TRANSPORTE A SER UTILIZADO: A critério da beneficiária, sendo que o descarregamento do produto ficará a cargo da beneficiária, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.
PRAZO DE GARANTIA DO PRODUTO / SERVIÇO: não exigida	PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 12 meses
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Fatura (boleto ou depósito em conta)	
CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DO OBJETO A beneficiária deverá fazer a entregar os produtos em perfeito estado de conservação, em conformidade com as especificações do Edital de Licitação.	
CRONOGRAMA FÍSICO – FINANCEIRO Não aplicável – Conforme demanda é feita a solicitação, a qual gerará uma Nota de Empenho e o fornecimento em contraprestação, nos termos do Art. 62 da LF nº 8.666/93, dispensando a lavratura de Termo Contratual.	
FATURAMENTO OU VALOR MÍNIMO ESTIMADO: Faturamento integral em contraprestação única.	
PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO O recebimento deverá ser atestado pelo responsável pela Unidade de Patrimônio e Almoxarifado	





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

DEVERES DO BENEFICIÁRIO

Fornecer o produto dentro do prazo estipulado e em acordo com as especificações, em caso de irregularidade nas especificações a troca do material deverá ser feita em no máximo 05 (cinco) dias corridos após a notificação para correção.

DEVERES DO CONTRATANTE

Atestar o recebimento do produto em até 05 (cinco) dias úteis, e realizar o pagamento da nota fiscal em até 10 (dez) dias úteis corridos após o recebimento definitivo.

DEMAIS CONDIÇÕES PARA FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Regulamentadas pelas legislações que regem a aquisição, por intermédio do Sistema de Registro de Preços.

